

# DEMOCRACIA VERSUS NEOLIBERALISMO

**Reflexões sobre uma sociedade desigual**

**Wagner Romão**  
organizador

**Aldaiza Sposati • Andréia Galvão • Flávia Biroli  
Gastão Wagner de Sousa Campos • Juarez Guimarães  
Ladislau Dowbor • Leonardo Barci Castriota  
Luiz Marques • Marilane Oliveira Teixeira  
Matilde Ribeiro • Monica Valente • Nalu Faria  
Renato Cymbalista • Susana Durão  
Tica Moreno • Walter Belik**

**HUCITEC  
EDITORIA**



FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

# DEMOCRACIA VERSUS NEOLIBERALISMO

**Reflexões sobre uma sociedade desigual**

**Wagner Romão** (organizador)

**Aldaiza Sposati • Andréia Galvão • Flávia Biroli  
Gastão Wagner de Sousa Campos • Juarez Guimarães  
Ladislau Dowbor • Leonardo Barci Castriota • Luiz Marques  
Marilane Oliveira Teixeira • Matilde Ribeiro • Monica Valente  
Nalu Faria (*in memoriam*) • Renato Cymbalista  
Susana Durão • Tica Moreno • Walter Belik**

**HUCITEC  
EDITORA**



**Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

*Diretoria*

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Brenno Cesar Gomes de Almeida

Diretores: Elen Coutinho, Mônica Valente, Naiara Raiol, Alberto Cantalice,  
Alexandre Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar

*Conselho editorial*

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,  
Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl,  
Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo, Valter Silvério

*Coordenador editorial:* Rogério Chaves

*Assistente editorial:* Raquel Costa

*Revisão:* Angélica Ramacciotti e Claudia Andreotti

*Diagramação:* Antonio Kehl

*Capa:* Antonio Kehl, sobre foto de Drazen Zigic no Freepik

---

Romão, Wagner (org.)

R668d Democracia versus neoliberalismo : reflexões  
sobre uma sociedade desigual [livro eletrônico] / Wagner  
Romão (org.) et al. – São Paulo : Fundação Perseu  
Abramo ; Hucitec, 2024.

328 p.

ISBN 978-65-5626-149-2 (Fundação Perseu Abramo)

ISBN 978-85-8404-448-1 (Hucitec)

1. Neoliberalismo 2. Políticas públicas 3. Democracia  
4. Mundo do trabalho 5. Movimentos sociais I. Título

---

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

**Hucitec Editora Ltda.**

Rua Dona Inácia Uchoa, 209

04110-020 – São Paulo – SP

Telefone: 55 11 3892-7772 / 3892-7776

lojahucitec.com.br

**Fundação Perseu Abramo**

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 – São Paulo – SP

Telefone: 55 11 5571-4299

[www.facebook.com/fundacao.perseuabramo](http://www.facebook.com/fundacao.perseuabramo)

[Twitter.com/fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)

## Sumário

Apresentação. Compreender o neoliberalismo para superá-lo, com democracia e políticas públicas .....	7
<i>Wagner Romão</i>	
<b>Primeira parte. Democracia e neoliberalismo.....</b>	<b>17</b>
Dez teses em polêmica sobre o neoliberalismo.....	19
<i>Juarez Guimarães</i>	
O rentismo como modo de produção, o neoliberalismo como disfarce.....	31
<i>Ladislau Dowbor</i>	
Agendas sobre gênero e a questão da democracia: como responder ao campo autoritário, conservador e neoliberal? .....	67
<i>Flávia Biroli</i>	
Um país chamado Brasil: a superação do neoliberalismo e as trilhas para a construção da real democracia .....	87
<i>Matilde Ribeiro</i>	
Neoliberalismo, sindicalismo e democracia.....	107
<i>Andréia Galvão</i>	
Neoliberalismo e democracia na América Latina .....	125
<i>Monica Valente</i>	

<b>Segunda parte. Políticas públicas e neoliberalismo.....</b>	<b>135</b>
SUS, neoliberalismo e o movimento da reforma sanitária .....	137
<i>Gastão Wagner de Sousa Campos</i>	
O público e o privado na educação: fortalecer a democracia e superar o neoliberalismo .....	153
<i>Wagner Romão</i>	
A assistência social entre o universal e o seletivo .....	171
<i>Aldaiza Sposati</i>	
Propriedade e moradia: Saber narrar a diversidade para enfrentar o neoliberalismo .....	193
<i>Renato Cymbalista</i>	
O desafio de pensar o trabalho e a renda como caminhos de transformação econômica e social .....	205
<i>Marilane Oliveira Teixeira</i>	
Superar o neoliberalismo com auto-organização: análises, experiências e propostas do feminismo popular .....	225
<i>Nalu Faria (in memoriam) e Tica Moreno</i>	
Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil contra a fome e o neoliberalismo.....	243
<i>Walter Belik</i>	
Pode a Segurança Pública ter uma agenda progressista? .....	263
<i>Susana Durão</i>	
O patrimônio frente ao neoliberalismo: regressões e resistências.....	285
<i>Leonardo Barci Castriota</i>	
O desastre planetário e o negacionismo do capital globalizado.....	305
<i>Luiz Marques</i>	
Sobre os autores e autoras.....	323

# Superar o neoliberalismo com auto-organização: análises, experiências e propostas do feminismo popular

*Nalu Faria (in memoriam) e Tica Moreno*

O feminismo popular analisa o neoliberalismo da experiência vivida, sentida e expressada pelas mulheres. Isso nos permite articular uma visão integral, reconhecendo o conservadorismo como um componente fundamental do neoliberalismo, mesmo quando este se apresenta repaginado em um neoliberalismo diverso.

A centralidade da luta contra o neoliberalismo em nossa agenda combina o enfrentamento ao poder das empresas transnacionais, às políticas de ajuste e à militarização. Esses enfrentamentos são indissociáveis da luta pela democracia, autodeterminação, integração e soberania dos povos. Todas essas são lutas feministas. Após anos de retrocessos e desmontes velozes de políticas e direitos, insistimos que a reconstrução deve partir dos acúmulos políticos e teóricos dos movimentos populares, assim como de suas práticas auto-organizadas.

O neoliberalismo de hoje não é exatamente o mesmo de 20 anos atrás, assim como as dinâmicas do feminismo também não são as mesmas. Mas a reafirmação dos acúmulos e aprendizados é também uma resposta a novas explicações e tendências feministas que ganham destaque e repercussão, em análises muitas vezes descoladas das práticas concretas de luta e da construção de sujeitos coletivos em movimento. Sabemos que nestes tempos tão complexos, não existem respostas prontas, e apostamos que as práticas de auto-orga-

nização popular apontam os caminhos, os limites e contradições que devem ser enfrentadas também na esquerda.

Esse texto percorre um caminho de análise aprendido com Nalu Faria<sup>1</sup>, considerando que o feminismo não é um conjunto de boas ideias e narrativas, mas prática política, teoria e organização. Iniciamos situando o feminismo como movimento social em seu contexto, recuperando os acúmulos, aprendizados e indicando os desafios do tempo presente. Em seguida, apresentamos sínteses teóricas e políticas elaboradas a partir da economia feminista e que contribuem para uma crítica ao neoliberalismo. Não fragmentar a experiência vivida em temas e caixinhas, nem reduzir o patriarcado à violência, mas articular trabalho-corpo-território para compreender as imbricações do capitalismo racista e heteropatriarcal é uma forma de organizar a análise e a ação política que nos permite identificar e evitar armadilhas de cada tempo. A crítica dá lugar às propostas, estratégias e caminhos para a superação do neoliberalismo. Nesse ponto, buscamos sistematizar a proposta de colocar a sustentabilidade da vida no centro da economia, trazendo para o foco a questão do cuidado, que tem ganhado relevância na agenda política. E, por fim, refletimos sobre as experiências de auto-organização como guias para a construção de políticas que recuperem o sentido público do Estado e, enquanto melhorem concretamente as condições de vida do povo, contribuam para construir as condições de transformações estruturais.

## Agenda feminista diante do neoliberalismo<sup>2</sup>

As desigualdades das relações sociais não podem ser tratadas de forma separada. Reivindicações dissociadas do contexto são limitadas e reduzidas a discursos ou

---

<sup>1</sup> Este capítulo tem como base a elaboração feminista da Marcha Mundial das Mulheres, expressada ao longo dos últimos anos por Nalu Faria. É uma tentativa de costurar elaborações já publicadas com as registradas em nossa memória individual e coletiva pela intensa convivência e militância lado a lado com essa referência fundamental do feminismo socialista, falecida em outubro de 2023. O texto é escrito na primeira pessoa do plural, como sempre fizemos, identificando as referências dos extratos de textos já publicados por Nalu. Agradeço a confiança de Wagner Romão por encomendar um texto de natureza delicada, assumindo a inteira responsabilidade por eventuais lacunas.

<sup>2</sup> Essa seção reúne extratos de Faria (2021).

direitos individuais. É fundamental que os projetos políticos dos movimentos populares observem atentamente as dinâmicas que vão sendo impostas pelo modelo dominante. A globalização neoliberal, por exemplo, alterou os desafios do movimento feminista sobre como colocar sua agenda política.

Nossa leitura do momento atual requer a retomada de processos determinantes para o que vivemos hoje e a recuperação de aprendizados políticos do feminismo. Nos anos 1990, sob o auge do neoliberalismo, tínhamos, no feminismo, uma situação de diminuição de ação de mobilização e crítica. Nessa década, a influência dos organismos multilaterais sobre assuntos ambientais, sociais e econômicos também influenciou a agenda das mulheres, com uma proposta baseada em “política de gênero” em vez de “luta feminista”. Não se trata apenas de trocas de palavras ou mudanças de discursos, mas de um processo complexo que resultou em políticas de adequação à organização social dominante.

O fato é que todo esse processo [vinculado às Conferências da ONU] desarmou, dispersou e despolitizou o movimento de mulheres. Enquanto este se concentrou na defesa de normatizações jurídicas e de políticas públicas focais, [...] o mercado reorganizou nossas vidas em todos os níveis, incluindo o subjetivo. (FARIA, 2005, p. 20)

Foi a partir do fortalecimento de um campo crítico ao neoliberalismo, iniciado nos anos 2000, que o debate feminista se recolocou de forma contundente no seio das lutas populares. Isso contribuiu para colocar uma ênfase na opressão sofrida pelas mulheres, no exato momento em que havia a banalização do conceito de gênero em uma situação de institucionalização predominante e perda de radicalidade no movimento de mulheres (FARIA, 2013).

O chamado da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) para construir um movimento mundial contra as causas da pobreza e da violência partiu da compreensão de que o capitalismo, o heteropatriarcado e o racismo se reforçam mutuamente. Esse chamado inicial foi determinante para posicionar as mulheres em relação ao debate econômico que, naquele momento, era o centro da disputa. Assim, as mulheres se tornaram parte do sujeito político que organizou a luta contra o neoliberalismo. A organização para a ação se dava de forma concomitante à apropriação do debate econômico e à problematização da economia a partir da elaboração feminista. Isso nos permitiu estabelecer diálogos com outras economias contra-hegemônicas, como a economia soli-



dária, a ecológica e a camponesa – e os sujeitos políticos que as formulam. Essa trajetória do debate sobre a economia no feminismo combinou reflexão teórica, prática e construção de movimento, desafiando profundamente a compreensão da economia e sua relação usualmente apartada de outras dimensões da sociedade.

Podemos citar como elemento central dessa elaboração crítica o questionamento de como o capitalismo reduz a economia ao que é monetário, reconhecendo como “econômico” somente a produção com valor de troca. Esse é um mecanismo utilizado para invisibilizar a reprodução e desconsiderar o caráter econômico do trabalho doméstico e de cuidado e a produção para o autoconsumo. Em decorrência disso, afirmamos as mulheres como atrizes econômicas, reconhecendo suas contribuições para a sustentabilidade da vida. Essa análise traz à luz a centralidade do trabalho na sustentabilidade da vida. É uma visão ampliada de economia, que inclui todos os processos necessários para a produção do viver – e não apenas o que circula no mercado.

Daquele momento até agora, vemos uma retomada do debate feminista de forma mais ampla, se fortalecendo em várias vertentes, como é o caso do feminismo negro, camponês e indígena. É fato que essas lutas e contribuições vêm de longa data, mas a sua projeção e força pública, nesse momento, coloca o debate sobre o sujeito político de transformação em outro patamar. Isso vai além de afirmar a não homogeneidade das mulheres e o combate às hierarquias no interior da classe trabalhadora. Uma contribuição fundamental disso tem sido iluminar a complexidade das imbricações entre capitalismo, racismo e patriarcado na constituição das relações sociais, das subjetividades e das práticas individuais e coletivas.

A trajetória do feminismo popular, forjando sínteses e propostas a partir de ações concretas que alteram a sociedade e a vida das mulheres, mostra que é impossível separar o debate da agenda e da constituição do sujeito político. O fato de que o feminismo popular integra a classe trabalhadora em sua diversidade contribui para a definição do projeto político com uma posição que busca uma mudança integral a partir de um paradigma libertário, emancipador, de autonomia e igualdade.

No feminismo, nos últimos anos, se ampliou o leque de posições que colocam críticas ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo, há uma ofensiva de coopta-

ção do feminismo, por meio da incorporação de palavras do discurso feminista pela indústria do entretenimento e de mulheres representantes das elites. As ambiguidades desse processo não podem nos impedir de reconhecer a estratégia de banalização do conteúdo crítico do feminismo. Ao mesmo tempo, outros tipos de instituições se encarregam de fazer parecer que há uma incorporação do feminismo em suas agendas, como, por exemplo, as estratégias de maquiagem lilás das corporações transnacionais (MORENO, 2020). Por outro lado, a ofensiva reacionária da extrema direita coloca o feminismo e todos os setores da luta emancipatória sob ataque. Esses são os dois lados da mesma moeda neoliberal. Observar essa situação por inteiro complexifica as respostas necessárias, que devem ser dadas pelo feminismo popular, anticapitalista e antirracista. Além de organizar e ampliar uma visão crítica, formular e praticar respostas feministas implica organização, ou seja, capacidade de posicionar uma agenda que concretize as lutas e aponte os caminhos para uma outra economia.

### Neoliberalismo e o conflito capital-vida<sup>3</sup>

A noção de conflito capital-vida converge com a nossa trajetória teórica e política como movimento. Essa noção dialoga com uma disputa que as feministas marxistas travam há algum tempo sobre a hierarquização das chamadas lutas gerais (de classe) e específicas (de gênero e raça). Com a ampliação da noção de trabalho – considerado como o conjunto de atividades que produzem a vida em comum – e a formulação da consubstancialidade das relações sociais, nomeada de interseccionalidade pelo feminismo negro (HILL COLLINS, 2019), já havia um acúmulo político de questionamento ao androcentrismo de esquerda que relega as demandas do movimento negro e feminista a questões específicas e pontuais, subordinadas às “prioridades” da classe, ou como temas que impediriam o avanço das agendas gerais. Essa ainda é uma questão controversa na esquerda, que se renova especialmente quando o conservadorismo ganha força na sociedade.

A identificação do conflito capital-vida contém em si uma síntese de décadas de elaboração feminista que, ao expandir o âmbito da contradição entre

---

<sup>3</sup> O conteúdo dessa seção foi extraído de Faria e Moreno (2023).

capital-trabalho (assalariado) para uma contradição entre o capital e a própria vida, torna possível o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos que compõem as lutas anticapitalistas. Entre eles, estão as mulheres urbanas e rurais que, com seu trabalho doméstico e comunitário, tecem redes de cuidado, e estão muito distantes do perfil de trabalhadoras assalariadas; as mulheres e homens negros que, em luto, se organizam para enfrentar a violência policial nas periferias e construir alternativas de vida; estão todas as pessoas que vivem do trabalho, incluindo aquelas que o fazem em bicos e empregos temporários, informais e, agora, com seu trabalho subordinados a plataformas digitais; estão os povos indígenas que enfrentam com seus corpos a violência da mineração, do agronegócio e do capitalismo verde. Todos estes são sujeitos políticos que defendem as bases da vida contra ataques de diversas ordens. Entre elas, a expansão da mercantilização para todas as dimensões da vida.

“Somos mulheres e não mercadorias” foi um slogan-síntese da Marcha Mundial das Mulheres em nossa luta contra o neoliberalismo e os acordos de comércio livre. Esta luta ampliou as críticas à imposição da disponibilidade permanente dos corpos das mulheres aos homens, inclusive através da prostituição e do turismo sexual, e às formas como as empresas farmacêuticas aumentaram o controle sobre os corpos e os comportamentos das mulheres. A mercantilização também avança sobre os bens comuns, passando pelo controle dos seres vivos através de novas tecnologias e pela privatização dos serviços sociais básicos. A mercantilização transforma a vida, os fundamentos da vida e das relações em mercadorias, que são compradas, vendidas e descartadas.

A mercantilização da natureza avança com o acaparamento de territórios e caminha de mãos dadas com o estabelecimento de medidas de pobreza e/ou dos chamados objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). Não por acaso, é muito comum encontrar críticas a tais parâmetros entre mulheres que defendem seus territórios e modos de vida, em diversos países. Miriam Miranda (2022), da Ofraneh, em Honduras, por exemplo, pergunta: “Dizem que os indígenas são pobres. Eles são considerados pobres porque existe um conceito diferente sobre o que são pobreza e desenvolvimento.” Da mesma forma, Nilce Pontes, liderança da Conaq no Brasil, nos mostra a contradição entre o discurso que diz que o Vale do Ribeira é a região mais pobre do estado de São Paulo, ao mesmo tempo que é a maior área contínua do bioma Mata

Atlântica, com biodiversidade que resulta das práticas ancestrais de cultivo e cuidado dos povos indígenas e quilombolas que ali vivem. Distantes entre si, esses territórios habitados por povos negros, respectivamente garífunas e quilombolas, têm em comum a resistência.

As lógicas do capital e da sustentabilidade da vida são incompatíveis, a segunda não cabe na primeira, justamente porque a acumulação capitalista se baseia em um conjunto de mecanismos entrelaçados de exploração e expropriação de corpos, territórios e trabalhos. A diversidade de práticas e formas de organização da vida e a relação dos seres humanos com a natureza não humana, das práticas econômicas e das subjetividades, dos corpos diversos e das sexualidades dissidentes, são consideradas pelo capital como uma ameaça e um obstáculo. O conflito capital-vida destrói vidas individuais e procura acabar com modos de vida coletivos e ancestrais, que são colocados como limite à expansão do capital e, portanto, são combatidos com violência, assédio e criminalização. Como salienta Rita Segato (2016), a violência e o controle militarizado de territórios vitais contribuem para isolar as pessoas, destruir laços e sobrecarregar ainda mais as mulheres para a sobrevivência das pessoas do seu entorno.

A resistência a quase todos os grandes projetos que passam a se instalar em territórios ocupados por povos indígenas, camponeses, quilombolas, demonstra que as empresas transnacionais são atores centrais no conflito do capital contra a vida. A concentração de riqueza e de poder das empresas transnacionais atingiu, sob o neoliberalismo, um nível sem precedentes na história do capitalismo. O que chamamos de poder corporativo abrange tanto as empresas transnacionais como outros atores que operam processos políticos e econômicos, legais quanto ilegais, além de se infiltrar nos Estados e nas organizações internacionais (FERNÁNDEZ, 2016). As transnacionais ganham poder no contexto da fragilidade das democracias liberais, tornando-se sujeitos da política. São empresas que se apresentam cada vez mais “inclusivas” e “diversificadas”, dizem estar comprometidas com a sustentabilidade e o desenvolvimento tecnológico, e dispõem de uma série de mecanismos para se dissociarem das atrozes violações sistemáticas que ocorrem ao longo de suas cadeias globais de produção. Nos territórios, a estratégia das empresas é negociar com os homens, uma negação das mulheres como sujeitos políticos, embora as empresas e os Estados saibam efetivamente que as mulheres são protagonistas da resistência

e orquestram ataques e violência contra elas. Nas lutas para barrar a expansão das empresas transnacionais, libertando os territórios onde estavam instaladas e enfrentando as estruturas do poder corporativo, as mulheres têm se construído como sujeitos coletivos, identificadas com o feminismo em processos concretos de organização, luta e alianças anticapitalistas.

Já no início dos anos 2000, uma companheira refletiu, em uma oficina de formação sobre a ALCA, que o que foi descrito como as consequências daquele Acordo já era a sua realidade de vida. A análise da economia a partir da realidade vivida, sentida e expressada pelas mulheres nos permite identificar que os instrumentos do capital visam, justamente, levar nossas sociedades para essas realidades em que a exploração e as violações se apresentam de forma aguda, ou seja, a generalização da precariedade – do trabalho e da vida. No caso dos nossos países, isso ainda significa manter um lugar de subordinação e submissão ao neocolonialismo, criando barreiras quase intransponíveis com tratados vinculantes que podem penalizar os Estados que ousem definir as suas políticas públicas de forma soberana.

## Economia feminista para reorganizar a sociedade<sup>4</sup>

Não estamos vivendo somatória de crises, mas uma crise do modelo, que tem múltiplas dimensões. A economia não se separa da vida, nem a política da economia, nem a economia da sociedade. A partir de nossa visão feminista, denunciamos as políticas de austeridade, de privatização, de extrativismo e de impedimento de que o Estado cumpra seu papel de garantir políticas públicas. Não há dúvida que as grandes beneficiárias desse modelo são as empresas transnacionais e o sistema financeiro, onde se concentra o poder da burguesia.

A Marcha Mundial das Mulheres, ancorada na economia feminista, vem discutindo há muitos anos propostas de ruptura com o atual modelo, que é capitalista, heteropatriarcal, racista e colonialista. É um percurso feito a partir de lutas, como movimento auto-organizado de mulheres e de construção de articulação e de alianças com movimentos populares. É também um processo de diálogo que se nutre das lutas e resistências dos povos. Nessa trajetória, as

---

<sup>4</sup> Essa seção reúne extratos de Faria (2021).

mulheres são protagonistas centrais na defesa dos comuns, são construtoras de práticas de sustentabilidade da vida.

O lugar das mulheres na divisão social, sexual e racista do trabalho é o que explica o protagonismo das mulheres enquanto sujeitos políticos nesse contexto. Uma perspectiva feminista de análise desse protagonismo parte do reconhecimento das mulheres como os principais sujeitos do trabalho reprodutivo, que sustenta a vida comum, tanto no passado como na atualidade. As mulheres precisam mais que os homens do acesso aos recursos comuns e estão mais comprometidas com sua defesa, tanto no campo como na cidade. Ainda há muito sobre o que refletir a respeito das reformulações das práticas das mulheres populares e negras como estratégia de sobrevivência, mas também de resistência, à dominação e à subordinação (SOUZA-LOBO, 2011).

A utopia do nosso feminismo faz um questionamento global do modelo atual e quer uma nova sociedade, com a construção de novas relações, com outras formas de organizar o trabalho, de garantir a sustentabilidade da vida e novas subjetividades baseadas na autonomia, reciprocidade e igualdade. Nossos acúmulos, na prática cotidiana das mulheres, apontam vários elementos desse novo 'vir a ser': reconhecimento e valorização das relações afetivas, bem-estar, cuidado e transcendência. Isso é fruto de práticas concretas que buscam superar as dicotomias que sustentam o capitalismo patriarcal e racista, como as oposições entre produção/reprodução, cultura/natureza, razão/emoção, objetivo/subjetivo, público/privado. Essas falsas dicotomias são um instrumento utilizado, sobretudo no Ocidente, para impor um pensamento binário e estabelecer hierarquias entre esses polos. Por isso, o que se vincula à manutenção da lógica de acumulação capitalista e legitimação das práticas hegemônicas são valorizadas como superiores, permitindo relações de exploração, opressão, desigualdade e violência.

A economia feminista analisa a totalidade das relações econômicas, considera a experiência das mulheres e tem como ponto de partida a satisfação das necessidades humanas. Amplia, portanto, a noção de economia para além da esfera mercantil e monetária, incorporando toda a reprodução e o trabalho doméstico e de cuidado. Colocar a sustentabilidade da vida no centro da economia implica em uma profunda reorganização dos modelos de produção, reprodução e consumo.

Afirmar um projeto político que defende a sustentabilidade da vida pressupõe a capacidade de reconhecer o conjunto de processos, trabalhos e relações

que a sustentam – suas contribuições, ensinamentos e lógicas e, a partir daí, reorganizá-las. E implica reorganizar a sociedade a partir dos princípios de igualdade, justiça e solidariedade. Significa, também, enfrentar o militarismo racista, que pratica diariamente uma política de morte nas periferias das cidades, no campo e nas florestas, aniquilando as vidas da juventude negra, principalmente, e afetando comunidades inteiras a cada morte.

A dimensão do cuidado é central em uma proposta que tem a sustentabilidade da vida no centro. A vulnerabilidade é constitutiva da humanidade: as pessoas são interdependentes e precisam de cuidado ao longo do ciclo vital. A vida é sustentada por práticas de cuidado, quase todas realizadas pelas mulheres. Ter comida, casa e roupas limpas, atenção, entre outras coisas, requer muito trabalho doméstico. Somos seres relacionais e, portanto, a socialização, o afeto, a intimidade e a subjetividade fazem parte do nosso cotidiano.

Tem-se debatido muito sobre a necessidade de reconhecer o cuidado e as atividades domésticas como trabalho, assim como reconhecer que são parte da economia e garantem a existência cotidiana das pessoas. Esse reconhecimento é base para desvelar como a invisibilização serve para ocultar o nexos econômico entre as esferas interligadas da produção e da reprodução. Dessa forma, os custos com a força de trabalho podem ser diminuídos, ao mesmo tempo em que essas atividades são naturalizadas como uma atribuição feminina, um destino biológico. O fato é que o capitalismo empurrou para as mulheres a responsabilidade de lidar com a vulnerabilidade dos seres humanos e suas necessidades de cuidado, ao mesmo tempo em que o fez reestruturando o âmbito privado. Essa responsabilidade foi desvalorizada e colocada sob controle patriarcal.

São inúmeros os desafios frente a essa complexidade – dentre eles, o de não cair na “ética reacionária do cuidado”. Ou seja, na mistificação das mulheres como seres altruístas em permanente disponibilidade, com um discurso muitas vezes carregado de essencialismo, ignorando as construções sociais e sendo incompatível com a realidade. Esse é um nexos fundamental entre conservadorismo e neoliberalismo, articulados na agenda da extrema direita.

A invisibilização e a naturalização do trabalho doméstico e de cuidados como responsabilidade feminina está ancorada no controle e na alienação do corpo das mulheres. É desse corpo que se extrai a energia para o trabalho interminável que exige disponibilidade permanente. Isso está organizado a partir de uma divisão

sexual e racista do trabalho, que se articula no disciplinamento dos corpos das mulheres. Assim como na maternidade, há um elemento constitutivo de disciplina e disponibilidade permanente para o trabalho doméstico e de cuidado. A apropriação mercantilizada do corpo das mulheres se dá na forma perversa que hierarquiza as mulheres por padrões de feminilidade e beleza, destruindo a autonomia e o amor próprio das mulheres, inclusive aprofundando dinâmicas das relações sociais de classe e raça. Esse mecanismo impõe um modelo de consumo. Mais do que isso: é um mecanismo também de medicalização das dores que ele provoca, fragmentando nossa existência ao passo que reforça dicotomias entre corpo e consciência. Todas essas ideias se encontram com uma formulação do feminismo dos anos 1960, que diz que o pessoal é político, e que nossos corpos nos pertencem. A partir disso, um percurso se instala e resulta em elementos fundamentais para pensar nossas propostas de transformação.

Defendemos que as relações de cuidado devem ter uma dimensão de reciprocidade. O tema dos cuidados é uma disputa, e nós temos como tarefa permanente a reflexão sobre como colocá-lo na agenda pública e como reorganizar o trabalho de reprodução da vida. Isso passa por dividir melhor o trabalho doméstico entre as pessoas com quem convivemos em casa, mas passa também por uma outra organização da sociedade.

No Brasil, um elemento nefasto sobre a atual organização social do cuidado é o fato de quase 6 milhões de mulheres – em sua maioria negras – serem trabalhadoras domésticas. É um trabalho precarizado, que ainda tem pouco reconhecimento e garantia real de direitos. Temos o desafio de seguir lutando pela garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas, para que elas tenham dignidade no trabalho. A realidade das trabalhadoras domésticas e das cuidadoras domiciliares no Brasil deve ser ecoada, como forma de conscientizar sobre a agudeza do racismo fincado na nossa sociedade, de visibilizar a centralidade do trabalho doméstico e de cuidados na sustentabilidade da vida. Há um *continuum* entre o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado e mal remunerado. As políticas para transformar a organização social do cuidado devem visar essas duas modalidades de trabalho, simultaneamente.

Em relação à organização desse trabalho, são necessárias respostas para o conjunto da população e não para o pequeno setor que pode pagar por isso. A proposição de saídas mais coletivas é o caminho para alterar uma visão, muito



presente no Brasil, de que quem faz o trabalho doméstico da própria casa o faz porque “não dá conta” de contratar alguém para fazê-lo. É preciso observar e criticar o que isso significa em termos de discriminação, racismo e desigualdade de gênero. O reconhecimento e reorganização do trabalho doméstico e de cuidado precisa ser parte da nossa disputa pela reorganização econômica e social.

A reorganização do trabalho de cuidados está vinculada à responsabilização do conjunto da sociedade, incluindo os homens, a comunidade e o Estado. Mas é fundamental que, além da recusa de formas racistas e exploratórias, essa perspectiva recuse também a ideia de que a sociedade é composta, em sua totalidade, por famílias heterossexuais. A família nuclear “tradicional” e heterossexual não é a realidade de grande parte da população e nem condiz com o que pensamos que deve ser. Além de reconhecer o grande número de famílias com outras conformações, como famílias de mães solas e homoafetivas, é fundamental problematizar a imposição de que a organização do cotidiano deva se dar de forma isolada, apenas na família. É necessário garantir as condições para que outros arranjos existam. A socialização das crianças pode ocorrer em espaços mais coletivizados, e as famílias nem sempre precisam estar sob o mesmo teto.

Além de interdependentes, somos ecodependentes. O capitalismo, com sua perspectiva antropocêntrica, trata a natureza como uma esfera separada da cultura e, portanto, desvalorizada. Dessa forma, justifica a exploração da natureza a partir de sua lógica de acumulação: extrai, destrói, contamina. A ruptura com essa lógica permite resgatar que só em harmonia com a natureza a vida será sustentável. Dependemos da natureza para existir e somos parte da natureza, coevoluímos juntos.

Todos esses desafios, vinculados ao bem-estar e à necessidade permanente de regeneração da vida humana e da natureza, colocam questões sobre a organização do tempo e do trabalho. Hoje, o atual modelo impõe uma pressão sobre os nossos tempos, desrespeitando os tempos necessários. A dimensão do tempo é uma questão transversal a tudo que nós estamos construindo e propondo. Não é possível pensar a sustentabilidade da vida humana sem pensar em uma vida em harmonia com a natureza, ou seja, que respeite seus processos.

A defesa da sustentabilidade da vida é baseada, então, em outra forma de pensar e fazer economia, na qual todos os saberes e tipos de trabalho são valorizados, em que a contribuição das mulheres é reconhecida e os ciclos e

tempos da natureza são respeitados. A recuperação, a defesa e o cuidado da água, das sementes, da terra e das práticas ancestrais de cuidado da vida fazem parte da agenda do movimento de mulheres.

A proposta de soberania alimentar que reivindica uma reforma agrária popular e tem a generalização da agroecologia como estratégia é muito potente. Ao mesmo tempo, denuncia o atual modelo e se constitui como exercício de outro paradigma. Conecta várias dimensões sobre a autodeterminação dos povos sobre seus sistemas alimentares, a relação entre campo e cidade, a recuperação de saberes tradicionais, a desalienação em relação à alimentação que conecta o corpo, a saúde, as memórias, a cultura, o território (FARIA; MORENO; NOBRE, 2020).

Tendo como base a interdependência e a ecodependência, podemos enumerar que parâmetros são necessários para pensar um novo modelo de sustentabilidade da vida. Essa base nos dá os elementos para pensar uma sociedade que tem o bem-estar de todas as pessoas e seres vivos no centro. Portanto, a nossa disputa é pela reorganização do modelo de produção, reprodução e consumo.

Pensar a sustentabilidade da produção implica colocar como central a garantia de suficiência, portanto em lógica oposta ao consumismo. As perguntas norteadoras devem ser: o que necessitamos produzir? Para quem? Para quê? Como? Evidentemente, há que se romper com o modelo atual da obsolescência programada, da mercantilização e financeirização dos processos da vida. Além disso, é necessário reorganizar a forma de produzir garantindo a expansão da produção cooperativa, a estatização de setores estratégicos e o dismantelamento das corporações transnacionais. Assim como é necessário pensar em uma forma de organização do trabalho que rompa com a dicotomia produção/reprodução e responda ao conjunto das necessidades humanas e da natureza.

## O que significa colocar a sustentabilidade da vida no centro<sup>5</sup>

A busca por respostas coletivas a esta questão tem norteadas as reflexões e sínteses das militantes da Marcha Mundial das Mulheres nas Américas. Nelas encontramos princípios, práticas e demandas políticas que andam de mãos dadas na auto-organização feminista e popular.

---

<sup>5</sup> Essa seção reúne extratos de Faria e Moreno (2023).

A integração entre a resistência econômica e política, individual e coletiva das mulheres em movimento é uma constante no continente. Não foi por acaso que, durante a pandemia, diante de medidas governamentais insuficientes – e às vezes totalmente irresponsáveis como no caso brasileiro – as mulheres partiram de suas redes de solidariedade para cuidar de vidas ameaçadas. As redes de consumo direto que ligam as periferias ao campo, as hortas urbanas, as cozinhas comunitárias e os refeitórios sociais, espaços de distribuição de informação, escuta e cuidado tornaram-se mais frequentes e mais fortes: cuidam da vida e fortalecem a auto-organização popular em diferentes territórios.

A Marcha Mundial das Mulheres afirma que as nossas experiências econômicas feministas são propostas para a construção da sociedade, e não apenas formas de sobreviver a tempos de crise, bloqueios e emergências. Provamos a partir dos nossos territórios e da nossa diversidade que sim, existem outras formas possíveis, viáveis e desejáveis de organizar a vida – produção, reprodução – baseadas em lógicas emancipatórias, que reconstroem os comuns e as comunidades, compartilhando o horizonte de superação de dicotomias e hierarquias entre produção e reprodução. E, ainda, indicam que o reconhecimento e a reorganização do trabalho que sustenta a vida e a reprodução social em geral não podem ocorrer desvinculados do que se considera “produção”. Ao colocar no centro a sustentabilidade da vida e dos seus processos, propomos mudanças em todo o sistema de produção, distribuição e consumo. Significa repensar o que produzir, como produzir e para quem, bem como o que consumimos e como isso chega às nossas comunidades e casas.

A diversidade é uma constante nas boas práticas comunitárias, coletivas e de vida em comum. São práticas localizadas em territórios muitas vezes disputados com a ocupação do mercado capitalista, o tráfico de drogas, a contaminação e a especulação. São práticas de libertação de territórios, de recuperação de saberes, de cultivo e de relações, que por sua vez transformam os territórios vitais em pilares de organização política. Implicam também uma reorganização da economia tendo como referência os tempos da vida, o que exige abrir caminho aos tempos de regeneração da natureza, aos tempos de cura do corpo e aos tempos de luto, aos momentos de cuidado e alimentação.

A sustentabilidade da vida no centro significa, assim, um caminho de construção permanente de autodeterminação dos nossos corpos e territórios. É a

nossa história, memória, saberes e práticas dos povos negros, indígenas e originários como referência ancestral. São povos soberanos e a integração dos povos baseada na solidariedade, na complementaridade e na reciprocidade. É reforçar o sentido público das políticas e democratizar o Estado com base no poder popular, com a desmercantilização da vida e da sociedade, e na construção de espaços livres do mercado capitalista, com o dismantelamento do poder das corporações transnacionais, e com a projeção de sistemas de justiça que reconheçam a cidadania das pessoas migrantes, da dissidência sexual e das pessoas não binárias e que contribuam para a superação do racismo. Para que a sustentabilidade da vida se torne o centro, é necessário mudar a lógica e a dinâmica da (re)produção e do consumo, reduzindo distâncias e escalas, ruralizando o urbano; visibilizar, reconhecer e reorganizar o trabalho doméstico e de cuidado, com corresponsabilidade entre todas as pessoas, especialmente os homens, as comunidades e o Estado; com serviços públicos que garantam a reprodução social e políticas orientadas pelos bens comuns e no reconhecimento de valores comunitários como a autogestão. Por último, é enfrentar a financeirização da vida e as dívidas, fortalecendo a economia real, a economia a serviço da humanidade e a sua vida em harmonia com o planeta e o resto dos seus habitantes; valorizar os momentos de cuidado com a vida em todas as suas expressões, os tempos de construção comunitária e de participação política. Esses elementos constituem a resposta coletiva da Marcha Mundial das Mulheres à questão do que significa colocar a vida no centro (MMM, 2020, p.18-19).

Mais do que uma receita, são princípios e exigências que nos colocam em movimento. Ajudam-nos a projetar futuros, enraizados na memória e no tempo presente, abrindo caminhos e condições de possibilidade de mudança.

## Experiências de auto-organização popular como caminho<sup>6</sup>

É central reconhecer e potencializar as experiências populares, organizadas desde a luta cotidiana para sustentar a vida. São experiências voltadas para o coletivo, em uma perspectiva de cuidado e defesa dos bens comuns. Têm um

---

<sup>6</sup> Essa seção reúne extratos de Faria (2021).

papel central na construção de vínculos, de ocupação dos territórios e de redefinição das fronteiras entre espaços privados e públicos, uma vez que a satisfação das necessidades e o bem-estar passam a ser preocupações do coletivo. Há um grande protagonismo das mulheres negras, indígenas, periféricas e camponesas nessas lutas e nesses processos de construção de respostas coletivas a contextos de crise, incluindo de emergências relacionadas a crimes-desastres ambientais.

É preciso iluminar os processos de resistência com ações que tensionam a lógica do mercado. Esses estão, em geral, vinculados à reivindicação frente ao Estado por políticas públicas, mas também há a recuperação de outras formas de sociabilidade, de cultura. Isso confronta o atual modelo, que empurra as pessoas à competitividade, ao individualismo, a se fecharem diante das telas da TV e do celular, de formas de lazer isoladas e definidas pela indústria do entretenimento. A construção desses processos e espaços ocupa e envolve a comunidade, promove experiências de trabalho coletivo, autogestionados, solidários e com base na reciprocidade. São experiências que alteram o tempo presente e que, ao mesmo tempo, apontam para a possibilidade de uma reorganização social sem exploração e sem hierarquias.

Assim, faz parte das lutas feministas pela sustentabilidade da vida enfrentar e romper com a mercantilização e financeirização da vida, fortalecer o público, a economia real e o comum. Com essa perspectiva, olhamos para o papel do Estado e das políticas públicas. Os governos e Estados que precisamos são aqueles que colocam a vida de seu povo no centro, que constroem suas políticas públicas com soberania e participação popular, que trabalham para a consolidação de um poder popular autogestionário, livre do racismo, do patriarcado e do mercado capitalista.

## Referências

- FARIA, Nalu. “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo”. *Caderno Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2005.
- FARIA, Nalu. “Feminismo em marcha para mudar o mundo”. *Revista Democracia Socialista*, n. 1, dez. 2013.
- FARIA, Nalu. “As lutas feministas pela sustentabilidade da vida”. In: MORENO, Renata; ZELIC, Helena (Orgs). *Neoliberalismo, trabalho e democracia: trilhas feministas*. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF, 2021.

- FARIA, Nalu; MORENO, Tica. “Apresentação”. In: *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.
- FARIA, Nalu; MORENO, Tica. “Desde la vida, contra el capital: reflexiones desde una economía feminista en movimiento”. In: CARRASCO, Cristina; RODRIGUEZ, Corina (Orgs.) *Voces desde la economía feminista: resistências, arraigos, cuidados*. Barcelona: Entrepueblos, 2023.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata; NOBRE, Miriam (orgs.). *Cultivar a vida em movimento: experiências de economia feminista na América Latina*. São Paulo: SOF, 2020.
- FERNÁNDEZ, Gonzalo. *Alternativas al poder corporativo*. Barcelona: Icaria, 2016.
- HILL COLLINS, Patrícia. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MIRANDA, Miriam. *Existe un genocidio contra los pueblos que defendemos la naturaleza*. Entrevista. Capire, 2022.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Documento regional Américas 5ª ação internacional*. Out. 2020.
- MORENO, Tica. Armadilhas do poder corporativo: maquiagem lilás e mercantilização das lutas. In: MORENO, Renata (org.). *Crítica feminista ao poder corporativo: textos para a ação*. São Paulo: SOF, 2020.
- SEGATO, Rita. *Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.